

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

REQUERIMIENTO N° , DE 2015

Requer à Prefeitura Municipal de Vitória/ES o compartilhamento de documentos da auditoria implementada para investigar as obras do edifício-sede da Petrobras em Vitória/ES.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitado à Prefeitura Municipal de Vitória, estado do espírito Santo, o compartilhamento de todos os documentos, bem como eventuais conclusões, relativos à auditoria implementada por aquela prefeitura acerca da construção do edifício-sede da Petrobras em Vitória.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo denúncias veiculadas no jornal O GLOBO, a nova sede da Petrobras em Vitória, no estado do Espírito Santo, tem indícios de irregularidades graves. Começou a ser planejada em 2005 com um orçamento de R\$ 90 milhões. A obra foi iniciada em 2006 já com um salto no valor do orçamento para R\$ 486 milhões e a conclusão se deu em 2011,

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

dois anos após a previsão, e chegou ao custo total de R\$ 580 milhões, ou seja, 6,4 vezes mais do que o valor inicial previsto pela estatal.

Portanto, com o intuito de elucidar pontos obscuros que envolvem licitações, atos e contratos da Petrobras, é que requeiro que esta CPI solicite à Prefeitura Municipal de Vitória o compartilhamento de todos os documentos, bem como eventuais conclusões, relativos à auditoria conduzida por aquela prefeitura acerca da construção do edifício-sede da Petrobras em Vitória.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de abril de 2015.

Deputada Eliziane Gama
PPS/MA